

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO:
EXPERIÊNCIAS E AVANÇOS NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

MATINHOS/2014

SANDRA APARECIDA CONHASKI LIECHESKI

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO:
EXPERIÊNCIAS E AVANÇOS NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Edina Mayer Vergara

MATINHOS

2014

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS E AVANÇOS NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SÃO LUIZ

Liecheski, Sandra- UFPR Litoral ¹

VERGARA, Édina Mayer-UFPR Litoral ²

RESUMO: O objetivo deste é destacar as políticas públicas relacionadas à Educação do Campo, destacando a educação integral e a vivência do Programa Mais Educação, buscando seus avanços e desafios. Este estudo é um relato do Programa Mais Educação em andamento na Escola Municipal do Campo São Luiz, no município de Medianeira – PR. Através de sua vivência foi possível etnograficamente uma reflexão-ação para fortalecer e mobilizar a comunidade escolar, sindicatos e associações a fim de reivindicar os direitos garantidos por leis. as conclusões indicam os avanços conquistados referentes à política de educação do campo e os desejos da educação integral permitem à nós professores, educandos e cidadãos um olhar esperançoso e determinado que sabe o que quer, têm conhecimento e luta pela efetivação das políticas públicas e ampliação das mesmas, defendendo a igualdade, justiça social e qualidade de vida no campo. Porém ainda é fundamental a ressignificação das mesmas no próprio espaço escolar do campo, para que sejam mais conhecidas, problematizadas e legitimadas, tendo assim fluxos mais efetivos, capazes de impactar os sujeitos a quem se destinam.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo, políticas públicas, educação integral.

INTRODUÇÃO

¹ ¹ Aluna do Curso de Especialização do Curso de Pós Graduação em Educação do Campo- Universidade Federal do Paraná (UFPR)– Setor Litoral. E-Mail:sandraliecheski@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral. E-mail: edina1308@gmail.com

Esta pesquisa pretende descrever e analisar os limites e possibilidades na vivência do Projeto Mais Educação do Ministério Público em andamento na Escola Municipal do Campo São Luiz no município de Medianeira no oeste do Paraná. Sendo assim pretende-se abordar a história da Educação Integral e da educação do campo em nosso país, as políticas públicas relacionadas, bem como conhecer a experiência, avanços e desafios deste Projeto em uma escola do campo no município de Medianeira.

Assim como tantas outras escolas rurais a Escola Municipal do Campo São Luiz também foi ameaçada por políticas públicas que desejavam fechar as portas da mesma, deixando assim às crianças da comunidade de Maralúcia e também das comunidades do entorno a mercê, tendo que se afastar de suas casas para poderem estudar na cidade, porém a união e a força das pessoas destas comunidades prevaleceram e se fizeram representar quanto a necessidade de manutenção desta escola, localizada no Distrito e atendendo a outras sete comunidades rurais. Tendo sido aluna e atualmente professora desta escola, é de suma importância estar constantemente refletindo e avaliando a prática pedagógica, projetos, bem como as políticas públicas relacionadas. O Programa Mais Educação que foi criado pelo Governo Federal em 2007 e implantado na escola no ano de 2013, tem uma duração de 10 meses, sendo que está em andamento na escola, portanto se justifica a pesquisa e análise sobre o mesmo.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para compreendermos a Educação Integral no contexto atual é importante conhecermos as experiências que aconteceram no Brasil bem como os resultados obtidos através destes projetos. De acordo com o texto de referência do Ministério de Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, “na primeira metade do século XX, encontramos investidas, significativas a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações de cunho educativo de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendiam quanto procuravam implantar instituições escolares em que essa concepção fosse vivenciada”(SECAD/MEC, 2009 p.15).

Anísio Teixeira defendia uma escola que “desse às crianças um programa

completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia” (TEIXIRA,1959 apud SECAD, 2009, p.15). Este colocou em prática essa concepção na década de 1950, quando implantou em Salvador na Bahia, um Centro Educacional. Nesse Centro em contra turno eram desenvolvidas diversas atividades.

Na década de 1960, Anísio Teixeira na presidência do INEP foi convocado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para juntamente com Darcy Ribeiro, Cyrro dos Anjos e outros educadores para organizar o Sistema Educacional da Capital que posteriormente serviria de modelo para todo o país. Nesta época foram construídos vários Centros Educacionais de Educação Integral, todos projetados por Oscar Niemeyer.

Na década de 1980, foram construídos aproximadamente quinhentos prédios escolares nos modelos dos Centros Educacionais na cidade do Rio de Janeiro, cuja estrutura permitia abrigar o que denominava como “Escola Integral em horário integral”(MEC, SECAD, 2009, p.16)

Diante das experiências citadas, percebe-se os investimentos relacionados a formação da criança. Sobre isso afirma o Texto de Referência sobre a Educação Integral:

Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano, embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de “formação completa” e, muito menos, sobre quais pressupostos e metodologias a constituiriam. Apesar dessa ausência de consenso, é possível afirmar que as concepções de Educação Integral, circulantes até o momento, fundamentam-se em princípios político-ideológicos diversos, porém, mantêm naturezas semelhantes, em termos de atividades educativas. (MEC, SECAD, 2009, p.16)

Sendo assim, percebe-se tentativas quanto a efetivação de uma formação mais completa, desde o início do século XX, porém porque essas experiências não continuaram ou não se espalharam por todo o país são questões que não tem resposta.

Atualmente a discussão sobre a Educação integral é citada em alguns documentos que norteiam a educação no país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral (Arts. 34 e 87), a critério dos estabelecimentos de ensino. Além disso, prevê que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art. 1º), ampliando os espaços e práticas educativas vigentes. Além de prever a ampliação do Ensino Fundamental para tempo integral, a Lei nº 9.394/96 admite e valoriza as experiências extraescolares (Art. 3º, inciso X), as quais podem ser desenvolvidas com instituições parceiras da escola. De certa forma a responsabilidade é depositada nas instituições, nas comunidades, em parcerias, deixando o governo livre de suas reais obrigações.

Aliado à LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo V, artigo 53, complementa a proposição de obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola, reconhecendo que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma forma específica de proteção e, por isso, propõe um sistema articulado e integrado de atenção a esse público, do qual a escola faz parte.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), valoriza a Educação Integral, como possibilidade de formação integral da pessoa. Ressalte-se, contudo, que o PNE avança para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil. Além disso, o PNE apresenta, como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, 7 horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando a instituição de Conselhos Escolares. Vale destacar que o PNE associa a progressiva ampliação do tempo escolar às “crianças das camadas sociais mais necessitadas”, às “crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa”. Nesse sentido, o Plano valoriza a educação em tempo integral especialmente nos seus aspectos pertinentes à assistência social. Outra vez aparece a participação da comunidade e de conselho escolar, como coparceiras da ampliação da jornada escolar.

O FUNDEB ampliou as possibilidades de oferta de Educação Integral ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas, não apenas por modalidade e etapa da educação básica, mas também pela ampliação da jornada escolar. Além de considerar o tempo integral como possibilidade para toda a educação básica nacional, o FUNDEB associa maiores percentuais de distribuição de recursos, evidenciando uma tentativa de garantir o real direito à educação em tempo integral. Ao disponibilizar mais recursos, é preciso ter clareza do quanto é necessário para realizar educação integral com qualidade, ou seja é preciso investir em educação, só assim teremos resultados satisfatórios.

Analisar as políticas relacionadas ao Projeto de Educação Integral na escola do campo São Luiz, é o objetivo principal desta pesquisa, sendo assim, importante conhecer a trajetória da escola do campo nos últimos anos.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Durante o Brasil colônia e o Brasil império, a população do campo vive miséria e sofrimento, devido a exploração dos europeus. (ciclo da mineração, cana-de-açúcar, café, erva-mate, etc.). Com a formação das cidades grande parte da população rural migra, em busca de condições melhores de vida, já que a vida no campo representava sofrimento e desvalorização. Com o governo de Getúlio Vargas houve tentativas de reverter este quadro, mantendo a população no campo e desta forma diminuindo o inchaço das cidades. Houve muitas propagandas sobre a melhoria das áreas rurais, principalmente educação e saúde. No entanto, não ultrapassou o patamar das promessas.

Com a promulgação da LDB 4024/61 a educação do campo ficou sobre responsabilidade dos municípios, que de acordo com Foerste (2009) “desprovidos de recursos foi se deteriorando e submetendo-se aos interesses e projetos urbanos.” Com a aprovação da LDB 5692/71 a educação do campo continua no mesmo patamar, então surgem projetos para a educação no campo, evidenciando assim o descaso com esta parcela da população, pois para Foerste (2009), “a implantação dos projetos evidencia o caráter compensatório e paliativo da escola do campo, sendo esta apenas um arremedo de um processo que não pretendia a formação de uma consciência cidadã.”

Nas décadas de 70 e 80 a educação rural é mencionada no “I Plano Nacional de Desenvolvimento para a Educação (PND) e, posteriormente, no Plano Setorial de Educação, cultura e desportos (PSECD).” Estes propunham expansão do ensino fundamental no campo, melhoria no nível de vida e de ensino, bem como a redução da repetência e da evasão.” No entanto, afirma Almeida (2010) “ a preocupação com o homem do campo sempre esteve presente nos planos governamentais, porém sem levar em conta as verdadeiras necessidades do homem rural”.

Com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 a educação do campo é mais contemplada, sendo o sistema de ensino adequado à diversidade sócio-cultural, ou seja, os conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesse dos educandos da zona rural.

Em 2001, outro marco importante foi a aprovação do Plano Nacional de Educação, (PNE 10172/2001), que...

(...) entre outros, prevê formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural e uma formação de educadores adequada as especificidades dos educandos do campo e das exigências do meio. (JESUS, FOERSTE, 2009, CD-ROM).

Outro marco significativo para as políticas públicas de educação no campo acontece em 2002 com a instituição das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo (CNE/CBE 001/02) que definem a identidade da escola do campo da seguinte maneira:

Art. 2 - Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Diante de tantas amarras que compõem a história da educação no campo, observa-se progresso quanto a especificidade do currículo e do ensino, também é dado importância para a permanência do homem do campo e a sua valorização, mas isso não significa que os problemas da educação do campo estão resolvidos, é

preciso a luta e a união dessa gente sempre reivindicando e cobrando que as políticas públicas para o campo sejam cumpridas. Pois segundo Arroyo (2004,p.13),

Sempre que a consciência dos direitos avançam na história, as pressões sobre o público se radicalizam. É no terreno dos direitos onde as políticas públicas encontram sua função. É inevitável que as pressões por uma outra presença do público no campo tendam a se radicalizar na medida em que a consciência dos direitos básicos cresce entre os povos do campo. É compreensível que sejam os movimentos sociais os atores que com maior radicalidade pressionam por políticas públicas. São esses movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos.

E a formação da consciência e do conhecimento é função da escola, assim como formar sujeitos críticos sabedores de seus direitos e deveres, cidadãos que se juntam e lutam por objetivos comuns, seja através de associações, sindicatos, etc. É preciso mudança em relação as políticas públicas destinadas ao campo. Nesse sentido a escola do campo poderá ser:

Uma escola única que não deverá ser confundida com uma escola uniformizada, formando cabeças em série; deverá ser o local de um sadio pluralismo de ideias, uma escola moderna, uma escola alegre, competente, científica, séria, democrática, crítica e comprometida com a mudança: uma escola mobilizadora, centro irradiador da cultura popular, à disposição de toda a comunidade, não para consumi-la as para recriá-la. O saber adquirido na escola, imprescindível para o cumprimento de suas finalidades, não é um fim em si mesmo, é um instrumento de luta. O fim da educação é a formação da consciência crítica e a transformação social. (GADOTTI, 1995, p.75)

Diante disso, optou-se por pesquisar a Educação Integral na Escola Municipal do Campo São Luiz, única escola municipal do campo do município de Medianeira. A escolha do tema deu-se principalmente por atuar como coordenadora do Projeto Mais Educação do Ministério da Educação que amplia a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação integral.

A escola se situa em uma pequena vila denominada Comunidade de Maralúcia, no Distrito de Medianeira – PR. Atende alunos de várias comunidades do entorno, os alunos são filhos de pequenos agricultores, arrendatários ou até mesmo assalariados que trabalham em fazendas, chiqueiros e galinheiros

existentes nestas comunidades vizinhas ao Distrito onde está localizada a escola que atende alunos da Educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental no período vespertino. Enquanto no período matutino a Escola Estadual do Campo Maralúcia situada no mesmo prédio atende alunos da segunda fase do ensino fundamental e também o Ensino Médio.

A adesão ao projeto realizou-se em meados de 2013 tendo como maior objetivo melhorar o aprendizado oferecendo diferentes oportunidades, principalmente para as crianças de famílias mais carentes. Segundo o Texto referência para o debate Nacional:

É importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. Há estudos que permitem identificar forte correlação entre situação de pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza. Não se trata aqui de criminalizar ou patologizar a pobreza, mas de construir soluções políticas e pedagógicas criativas e consequentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão educacional.(2009 p.12)

A Escola Municipal do Campo São Luiz, inicialmente com parte dos alunos, realiza oficinas complementares a jornada escolar, nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, esporte e lazer.

A oficina de acompanhamento pedagógico pretende intensificar o trabalho nas áreas de dificuldade da criança, (Língua Portuguesa, matemática) realizando atividades diversificadas e diferentes da sala de aula. Também realiza oficinas de atletismo, tênis de mesa e futebol, onde desde pequenos as crianças melhoram a autoestima e desenvolvem seus talentos, treinando para futuras competições.

As oficinas são ministradas por pessoas da comunidade, alunos de faculdades, de acordo com a área em que estão se formando. Cada monitor recebe uma pequena quantidade ajuda de custo por ministrar a oficina. Esse valor é

repassado pelo Governo Federal pelo dinheiro direto na escola, sendo o Diretor responsável pelo pagamento das pessoas e também pela compra dos materiais necessários para a realização das oficinas.

A adesão ao Programa realizou-se por acreditar que a participação nestas oficinas trariam benefícios a toda comunidade escolar, principalmente para os educandos que tem oportunidade de aprender e se desenvolver através do esporte e da apropriação dos conhecimentos sistematizados ampliados em período contraturno. Ou seja, almeja-se “Uma escola pública popular de tempo integral para alunos e professores; que seja também uma escola do trabalho e do lazer. O trabalho infantil deveria ser abolido. O trabalho infantil pode ser formativo apenas quando articulado com a escola: desde cedo a criança deve habituar-se ao trabalho manual, superando a dicotomia entre este e o trabalho intelectual, entre a educação formal e a educação não-formal”(Gadotti, 1995, p.74). Da mesma forma como afirma Gadotti, seria o anseio de toda a comunidade escolar que a ampliação da jornada escolar se desse também para os professores da escola, sendo que estes já conhecem os alunos e a sua realidade, podendo intensificar em período contra turno atividades diversificadas, porém com objetivo comum, a efetivação do conhecimento.

DESAFIOS ENFRENTADOS

Em relação a educação integral e mais especificamente ao Programa Mais Educação na Escola do Campo, existem problemáticas enfrentadas pela escola e também pelos alunos e famílias atendidas no programa. A procura dos monitores não foi tarefa fácil, pois estes não recebem salário para ministrar as oficinas, apenas uma ajuda para transporte e alimentação que é ilusória, o que causa recusa de diversas pessoas que foram convidadas. Optou-se por estender o convite aos estagiários do curso de Educação Física da Faculdade Uniguaçu que está situada no município vizinho a Medianeira: São Miguel do Iguaçu, para ministrar as oficinas de esporte e lazer. Já para as oficinas de apoio Pedagógico estendeu-se o convite a professoras que já lecionaram na escola e estão aposentadas e a outras que estão disponível no período matutino. Depois de muitos convites e várias recusas iniciou-se o projeto ainda faltando alguns dos monitores. Sobre isso Moacir Gadotti afirma que “Autonomia não significa abandono. Significa o Estado possibilitar os recursos

materiais e humanos para que a escola possa realmente fazer uma escolha democrática” (1995, p. 74).

É fácil demandar autonomia para as escolas, ampliar a jornada escolar, porém difícil é garantir esta amplitude com os recursos necessários tanto materiais como humanos, em nosso caso a dificuldade para encontrar os monitores.

Outra grande barreira é do transporte escolar, que passa recolhendo os alunos que vêm para o Projeto e também os que vêm para o Colégio Estadual, a partir das 5:00hs. da manhã, retornando as crianças para suas casas somente 6:00h. , 6:30h. da tarde, dificultando assim a presença diária dos educandos, que não aguentam uma carga horária que chega a durar até mesmo 12 horas fora de casa. Percebeu-se muito cansaço dos educandos principalmente no período vespertino, o qual estes estão em sala de aula.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa foi possível observar que as tentativas de ampliação da jornada escolar não tiveram continuidade pois faltaram os investimentos necessários para garantir o sucesso desses projetos.

Não basta boa vontade é necessário que o poder público invista nas escolas, nos professores e na educação como um todo. Só assim os projetos de melhoria terão continuidade e retorno para a própria sociedade.

Ao voltar no passado e analisar o presente foi possível perceber quanto a população do campo foi discriminada e vedada de seus próprios direitos. Muitos alunos do campo parecem ainda carregar um certo constrangimento por pertencer ao campo, pois há uma assimetria de status social, onde o “importante” é o cidadão da cidade, bem como seus costumes, suas vestimentas, seu trabalho, etc. Desmistificar essa cultura de desvalorização e formar a cultura de pertencimento e orgulho é tarefa de todos os educadores e educandos da Escola Municipal do Campo São Luiz .

Nos últimos anos observou-se significativos avanços em relação a campo com políticas voltadas inclusive ao cultivo e recuperação do pertencimento à identidade do homem do campo, porém ainda percebe-se distanciamento entre quem elabora as propostas e aqueles a quem elas se dirigem.

Há muitas queixas de camponeses sobre a burocracia dos programas direcionados ao homem do campo, ou seja, o Programa Mais Educação é um exemplo, onde a “burocracia” atrapalha o bom desenvolvimento das atividades que são complementares a jornada escolar. Para se caracterizar como “Escola Integral em Tempo Integral”, as crianças precisam acordar 5:00hs. da manhã todos os dias da semana? Onde está a flexibilidade dos programas destinados as escolas do campo? Estas e outras questões incomodam quem está no dia-a-dia enfrentando as dificuldades juntamente com as crianças e seus familiares.

Diante das especificidades citadas anteriormente para a escola do campo percebe-se que na prática e na implantação destes Programas do Ministério da Educação pouco se considera de específico, ou seja, ainda temos muito que lutar por uma verdadeira efetivação das leis. Oxalá, que a Escola verdadeiramente firmada na concepção de campo, possa formar cidadãos capazes de unir-se para combater as injustiças sociais e lutar por um mundo mais igualitário, onde todos possam ter vez e voz. Que os programas do Governo Federal realmente tenham fluxos viáveis e estejam voltados as reais necessidades do homem do campo, possam partir do campo, para o campo. Portanto, sejam flexíveis quanto a realidade local e atendam às necessidades legitimadas pelos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CNB n. 01**. Propõe as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo. Brasília, DF:CNE/CEB,2002

_____.Lei nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: DF:1996.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Introdução em Educação do Campo**. Campo Grande:UFMS,2010.

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes,2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Integral: texto de referência para o debate nacional**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

FOERSTE, Irineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.) **Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos Sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade**. Espírito Santo: UFES, 2009. CD-ROM.

GADOTTI, Moacir,1941- **Escola vivida, escola projetada**, 2ª ed. Campinas, SP: Papirus,1995.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.31, nº 73, p.78-84, jan/mar. 1959.